PORTARIA Nº 155, DE 01 DE JULHO DE 2020.

O Presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC/TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, inciso XI, do Regimento Interno, aprovado pelo do Decreto nº 3.481, de 1º de setembro de 2008, c/c art. 42, §1º, inciso II da Constituição do Estado e, ainda, em conformidade com o art. 67 da Lei nº 8.666, de 21.06.1993;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento de fiscal para todos os contratos públicos;

CONSIDERANDO que os atos de gestão devem sempre ser fiscalizados;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora BÁRBARA DE JESUS SEIDEL, matrícula funcional nº 1155566, como titular, para exercer o cargo de fiscal do seguinte contrato:

Art. 2º Contrato nº 011/2020, vinculados ao processo nº 2020 34530 00055, firmados com a empresa DEIBSON MOREIRA DE ARAUJO, CPF nº 028.202.411-58

Art. 3º São atribuições do Fiscal:

I - acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do contrato;

II - anotar em registro próprio as irregularidades encontradas, as providências que determinou e o resultado das medidas tomadas;

III - opinar sobre oportunidade e conveniência de aditamento contratual;

IV - controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

V - manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, observando para que o valor do contrato não seja ultrapassado do previsto;

VI - informar à unidade de programação orçamentária e financeira, até 15 de dezembro de cada ano, as obrigações financeiras não liquidadas no exercício, visando a obtenção de reforço, cancelamento e/ou inscrição de saldos de empenho à conta de restos a pagar;

VII - encaminhar à unidade de programação orçamentária e financeira até o mês de novembro de cada exercício o pedido de empenhamento para os contratos ainda em vigor no exercício seguinte.

Art. 4º Designar a servidora ROSIANE TEIXEIRA DE ARAUJO, matrícula funcional nº 11234903-1 como suplente, pelo acompanhamento e fiscalização do citado contrato, nos impedimentos e afastamentos legais do titular.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

GABINETE DO PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, ao 01 dia do mês de julho do ano de 2020.

ALBERTO MENDES DA ROCHA
Presidente

ADETUC

PORTARIA Nº 105/ADETUC/GABPRES, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Republicada para correção

Estabelece critérios para realização do processo eleitoral para membros dos segmentos artísticos e culturais do Conselho de Política Cultural - CPC-TO, oriundos da sociedade civil, para o período de 2020 a 2022.

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA, no uso das atribuições que lhe conferem a Constituição do Estado, art. 42, §1º, incisos I e V, Ato nº 19 - DSG, de 08 de janeiro de 2020, publicado no DOE nº 5.518, de 08 de janeiro de 2020;

CONSIDERANDO que o Regimento Interno do Conselho Estadual de Cultura, aprovado pelo Decreto Estadual nº 3.078, de 05 de julho de 2007, publicado no Diário Oficial nº 2.443, de 06 de julho de 2007 e as disposições da Lei nº 3.252, de 31 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial nº 4.922, não contemplam os critérios para realização de eleição dos membros da sociedade civil que comporão o Conselho de Política Cultural - CPC-TO, assim

RESOLVE:**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Estabelecer os critérios para a realização do processo eleitoral para escolha membros representantes dos segmentos artísticos e culturais do Conselho de Política Cultural - CPC-TO oriundos da sociedade civil, para o período de 2020 a 2022.

Art. 2º O CPC-TO é composto por 28 (vinte e oito) membros, sendo:

I - 14 (catorze) representantes do Poder Público;

II - 14 (catorze) representantes da Sociedade Civil;

§1º Os membros do Poder Público serão indicados por seus respectivos órgãos, conforme art. 14, inciso I da Lei nº 3.252, de 31 de julho de 2017.

§2º Os representantes dos segmentos artísticos e culturais serão escolhidos mediante eleição direta, organizada e gerida pelo Órgão Gestor de Cultura.

§3º O mandato dos membros será de 02 (dois) anos, reconduzidos apenas uma vez.

§4º A convocação, seleção e eleição serão realizadas em nível estadual.

Art. 3º Conduzirá o processo eleitoral dos membros dos segmentos artísticos e culturais do CPC-TO a Comissão de Organização, Acompanhamento e Avaliação que atuará da eleição até a posse.

Art. 4º Para o preenchimento das vagas e composição do CPC - TO serão eleitos pela sociedade civil, titulares e suplentes, representantes dos setores criativos seguinte:

SEGMENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS		TITULAR	SUPLENTE
1.	Artes Visuais	01 (um)	01 (um)
2.	Artesanato	01 (um)	01 (um)
3.	Patrimônio Material	01 (um)	01 (um)
4.	Patrimônio Imaterial	01 (um)	01 (um)
5.	Audiovisual	01 (um)	01 (um)
6.	Música	01 (um)	01 (um)
7.	Teatro e Circo	01 (um)	01 (um)
8.	Dança	01 (um)	01 (um)
9.	Cultura Popular	01 (um)	01 (um)
10.	Cultura Tradicional	01 (um)	01 (um)
11.	Comunidades Afro-Brasileiras e Quilombolas	01 (um)	01 (um)
12.	Povos Indígenas	01 (um)	01 (um)
13.	Arquitetura e Urbanismo	01 (um)	01 (um)
14.	Literatura, Livro e Leitura	01 (um)	01 (um)

**CAPÍTULO II
DA COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E
AVALIAÇÃO**

Art. 5º O processo de eleição será coordenado pela Comissão de Organização, Acompanhamento e Avaliação, composta por 9 (nove) membros, sendo 7 (sete) servidores da Agência e 02 (dois) representantes da sociedade civil designados pelo titular da Agência, por Portaria.

Parágrafo único. Os membros representantes da sociedade civil que comporem a Comissão não poderão candidatar-se ao CPC-TO, mas terão direito a voto.

Art. 6º Compete à Comissão:

I - coordenar todas as atividades relativas ao processo eleitoral disciplinado por esta Portaria;

II - estabelecer o procedimento de cadastro dos eleitores;

III - analisar os dados inseridos no cadastro eletrônico dos eleitores, apontando como apto ou inapto cada eleitor cadastrado para votar e ser votado;

IV - acompanhar o procedimento do registro de candidatos a membros do CPC-TO;

V - analisar os documentos inseridos pelos candidatos no sistema eletrônico;

VI - convalidar o registro de candidatura no sistema eletrônico;

VII - divulgar a lista dos eleitores e candidatos considerados aptos e inaptos a votar e ser votado;

VIII - analisar as impugnações de candidatura e de eleição e divulgar seus resultados, no prazo de 02 (dois) dias úteis, sendo que não serão aceitos pedidos de reconsideração de impugnações;

IX - homologar os registros de candidatura à eleição;

X - apresentar o resultado do processo de eleição à presidência da Agência, para homologação.

CAPÍTULO III DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 7º O processo eleitoral para membros do CPC-TO será realizado eletronicamente e se dividirá em duas etapas:

I - Procedimento para cadastro dos eleitores e candidatos.

II - Procedimento para eleição:

a) Votação eletrônica;

b) Resultado;

c) Homologação.

§1º Serão considerados aptos os eleitores e candidatos que preencherem todos os campos solicitados e inserirem os documentos conforme exigidos para o cadastramento.

§2º Não tendo candidato para alguma câmara setorial, esta terá seu membro indicado pelo Órgão Gestor da Cultura Estadual, nos termos do §9º do art. 42 da Lei 3.252/17

CAPÍTULO IV DAS ETAPAS DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 8º Das Etapas:

I - do procedimento para cadastro do eleitor e candidato:

a) a Agência disponibilizará o sistema eletrônico no site: eleicao.cultura.to.gov.br;

b) o interessado em participar da eleição, como eleitor e ou candidato, deverá cadastrar-se no endereço eletrônico eleicao.cultura.to.gov.br, informar o nome completo, o número do CPF, e-mail e senha. Após este procedimento, será enviado via e-mail um link de validação para acesso e preenchimento do seu perfil;

c) o interessado em candidatar-se deverá obrigatoriamente responder a pergunta "Deseja se Candidatar ?", para prosseguimento de seu registro de candidatura;

d) o sistema funcionará 24 horas por dia;

e) para participar da votação o interessado deverá fazer o login inserindo seu e-mail e senha cadastrada que lhe dará acesso às informações, aos candidatos e suas câmaras setoriais;

f) será publicada a relação dos eleitores aptos e inaptos nos sites: www.adetuc.to.gov.br e eleicao.cultura.to.gov.br e no Diário Oficial do Estado.

II - do procedimento para eleição:

a) a eleição ocorrerá de forma eletrônica no site: eleicao.cultura.to.gov.br, sendo realizada de acordo com o Cronograma conforme art. 21 desta Portaria;

b) a votação será realizada das 8h do dia 27 julho até às 23h 59min do dia 29 de julho de 2020;

c) o eleitor e o candidato só podem votar uma vez e de acordo com a Câmara Setorial selecionada.

§1º A Agência arcará com as despesas de organização, planejamento e votação do presente processo eleitoral e da manutenção do sistema.

§2º As despesas decorrentes de campanha eleitoral realizadas pelo candidato por outros meios, com exceção da disposta no §1º retromencionado, correrão às expensas do próprio candidato.

§3º Não serão permitidas, sob pena de impugnação da candidatura:

I - utilização de quaisquer tipos de marcas, adesivos e propaganda virtual que vincule os candidatos a algum partido político, crença religiosa ou políticos;

II - compra de votos, tentativa de obter vantagem pessoal ou atos que denigrem os outros candidatos.

Subseção I Da Votação e Apuração dos Votos

Art. 9º O Candidato poderá ser votado por todos os eleitores qualificados a participar do processo eleitoral, pertencentes a sua área de atuação profissional.

Art. 10. As eleições realizar-se-ão por sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto.

Art. 11. O processo de votação ocorrerá por meio eletrônico, no endereço eleicao.cultura.to.gov.br.

Art. 12. Para votar, o eleitor deverá acessar o sistema com seu e-mail e senha cadastrados.

Parágrafo único. Caso o eleitor tenha esquecido a senha, poderá recuperá-la no link: "Esqueceu a senha?", sendo, posteriormente enviado um link de recuperação de senha para o e-mail cadastrado.

Art. 13. Concluída a votação, a Comissão procederá à apuração dos votos e divulgará o resultado preliminar dos candidatos eleitos.

§1º Serão considerados eleitos, na condição de titulares ao cargo de conselheiro, os candidatos mais votados em cada área cultural ou artística e, na condição de suplentes os candidatos mais votados na sequência de cada área, isto para todos os segmentos.

§2º Em caso de empate em quaisquer das áreas dos segmentos artísticos e culturais, como critério de desempate, será escolhido, sucessivamente, o candidato, que:

I - Tiver maior idade;

II - Maior tempo de atuação na área.

§3º A regra de desempate prevista no parágrafo anterior, também se aplicará aos suplentes de todas as áreas culturais.

§4º Concluída a apuração dos votos serão declarados eleitos os que receberem maior quantidade de votos.

§5º Será divulgado nos endereços eletrônicos www.adetuc.to.gov.br e eleicao.cultura.to.gov.br, o resultado final das eleições com os nomes dos titulares e suplentes do CPC-TO.

Subseção II Das Impugnações

Art. 14. Qualquer cidadão poderá impugnar os resultados preliminares, sendo:

I - do resultado preliminar do cadastramento dos eleitores e dos candidatos aptos a concorrer a uma vaga de conselheiro, no prazo de 02 (dois) dias úteis, encaminhando a impugnação via e-mail: comissao@cultura.to.gov.br, conforme formulário ANEXO I;

II - do resultado preliminar da eleição, no prazo de 02 (dois) dias úteis, encaminhando via e-mail: comissao@cultura.to.gov.br, conforme formulário ANEXO II;

a) não serão admitidos em nenhuma hipótese recurso dos resultados das impugnações, seja do cadastramento ou da eleição.

b) as impugnações somente serão aceitas via e-mail nos formulários, ANEXOS I e II, sendo vedado qualquer outro meio não previsto nesta Portaria.

Art. 15. Será divulgado nos sites: www.adetuc.to.gov.br e eleicao.cultura.to.gov.br, o resultado das impugnações, bem como o resultado final com a relação dos eleitos aptos ao exercício do mandato.

Art. 16. A relação com os nomes dos membros titulares e suplentes dos eleitos, será homologada pelo Presidente da Agência.

Art. 17. Os eleitos serão designados por ato do Governador.

Art. 18. Os eleitos serão empossados pelo Presidente da Agência;

Subseção III Do Eleitor

Art. 19. Para cumprimento da etapa de cadastro, o eleitor, obrigatoriamente, preencherá o formulário "Meu Perfil", com os seguintes dados:

- I - nome e endereço completo;
- II - CPF e RG;
- III - data de nascimento;
- IV - telefone de contato;
- V - número do título eleitoral, zona e seção;
- VI - indicação da área de atuação profissional;
- VII - tempo de atuação na área.

§1º O eleitor e o candidato deverão ter domicílio eleitoral no Estado do Tocantins. O domicílio deverá ser comprovado por meio da inserção no sistema, em formato PDF, JPEG ou PNJ, de cópia de conta de energia, de água, IPTU, declaração de entidade pública, declaração de imposto de renda, ou outros documentos comprobatórios.

§2º O eleitor deverá inserir no sistema, em formato PDF, cópia de declaração firmada por autoridade pública local ou por entidade representativa da classe artística ou cultural atestando a sua área de atuação, conforme modelo disponível no site: eleicao.cultura.to.gov.br (ANEXO III).

§3º Poderá se inscrever para participar do processo eleitoral nas condições de eleitor e de candidato qualquer cidadão atuante em alguma das áreas da expressão cultural, dispostas no inciso II do art. 42 da Lei nº 3.252/17, obedecidos aos requisitos mínimos necessários discriminados nesta Portaria.

§4º A Comissão analisará o cadastro do eleitor e do candidato, com base nos critérios estabelecidos nesta Portaria.

Subseção IV Do Candidato

Art. 20. Para cumprimento da etapa de cadastro deverá o candidato, obrigatoriamente, após o preenchimento do cadastro do eleitor, complementar com os seguintes dados:

- I - Nome artístico (se houver);
- II - Incluir foto pessoal em formato JPEG ou PNG;
- III - Proposta eleitoral;
- IV - Currículo com os principais trabalhos realizados;

§1º O candidato deverá inserir no sistema declaração firmada por autoridade pública local ou por entidade representativa da classe artística ou cultural atestando a sua área de atuação, conforme modelo disponível no site: eleicao.cultura.to.gov.br (ANEXO III), em formato PDF.

§2º Os critérios estabelecidos nos incisos III e IV deste artigo possuem a finalidade de proporcionar ao candidato a oportunidade de levar ao conhecimento do público o seu perfil e de obter os dados para que o eleitor tome ciência de sua origem e área de atuação, facilitando, assim, o processo de votação.

§3º A Comissão analisará o registro da candidatura, com base nas exigências estabelecidas nos incisos deste artigo.

§4º O Candidato que não preencher os requisitos exigidos nesta Portaria, será automaticamente excluído do processo eleitoral, podendo votar se preencher os requisitos como eleitor.

Subseção V Do Cronograma do Processo Eleitoral do CPC-TO

Art. 21. Todo o processo eleitoral será executado de acordo com o cronograma abaixo definido:

AÇÃO	DATA
Cadastramento eletrônico para os eleitores e candidatos.	22 de junho a 10 de julho
Divulgação do resultado preliminar dos eleitores e candidatos aptos e inaptos.	17 de julho
Prazo para impugnação do resultado preliminar dos eleitores e candidatos aptos e inaptos.	20 e 21 de julho
Divulgação do resultado das impugnações e da relação final com o nome dos eleitores e candidatos aptos e inaptos.	24 de julho
Período para votação.	27 e 28 de julho
Divulgação do resultado preliminar dos candidatos eleitos.	31 de julho
Prazo para impugnação do resultado preliminar dos candidatos eleitos.	03 e 04 de agosto
Divulgação do resultado das impugnações.	07 de agosto
Divulgação do resultado final da eleição.	12 de agosto
Nomeação e Posse dos Conselheiros.	28 de agosto

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22. É vedado o registro condicional de qualquer candidato ou eleitor, extemporâneo, por via postal, fax, correio eletrônico ou qualquer outro meio não previsto nesta Portaria.

Art. 23. Todas as informações prestadas serão de inteira responsabilidade do interessado, que, em caso de falsidade, poderá responder, a qualquer momento, por crime contra a fé pública, o que acarreta o indeferimento definitivo da inscrição e a exclusão do processo eleitoral.

Art. 24. A Agência não se responsabilizará por cadastro de eleitor ou registro de candidatura não concluída devido a falhas tecnológicas, tais como de ordem técnicas dos computadores, problemas em servidores, falha de comunicação na transmissão de dados, congestionamento nas linhas telefônicas, problema em provedores de acesso ou por lentidão nos sistemas de informática da Agência, provocada pelo excesso de acessos simultâneos nos últimos dias do cadastramento no processo eleitoral, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

Parágrafo único. Por essa razão, recomenda-se aos interessados que concluem suas inscrições e votações com antecedência, evitando eventuais dificuldades técnicas que porventura se verifiquem nos últimos dias do prazo de cadastro.

Art. 25. No caso de não haver candidato para preenchimento de algumas das áreas, a indicação será feita pelo Órgão Gestor da Cultura Estadual.

Art. 26. Os casos omissos serão dirimidos pelo Presidente da Agência e pela Comissão de Organização, Acompanhamento e Avaliação.

Art. 27. Eventuais esclarecimentos e orientações técnicas serão pronunciadas pela Comissão, em dias úteis, pelo e-mail: comissao@cultura.to.gov.br.

Art. 28. A Agência publicará no Diário Oficial do Estado todos os atos que regulamentam o processo eleitoral de que trata esta Portaria.

Art. 29. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PRESIDENTE DA AGÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA - ADETUC, em Palmas - TO, aos 10 dias do mês de junho do ano de 2020.

Aldison Wiseman Barros de Lyra
Presidente

ANEXO I

FORMULÁRIO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO AO RESULTADO DE APTIDÃO DOS ELEITORES E DOS CANDIDATOS A CONCORRER À VAGA DE CONSELHEIROS DO CPC

Eu, _____, portador do CPF nº _____, documento de identidade nº _____, órgão expedidor _____, apresento recurso à Comissão de Organização, Acompanhamento e Avaliação quanto ao resultado preliminar do cadastramento dos eleitores e dos candidatos aptos a participar do processo de eleição do Conselho de Políticas Culturais do Tocantins, conforme Portaria nº 105/ADETUC/GABPRES, de 10 de junho de 2020.

Os argumentos com os quais contesto a referida decisão são:

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:

6. Apreciar proposta de alteração do Capítulo I, artigo 2º e Capítulo III, artigo 6º, *caput*, do Estatuto Social da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A.

7. Tratar de outros assuntos de interesse da Sociedade.

Palmas - TO, 30 de junho de 2020.

DENISE ROCHA DOMINGUES
Presidente do Conselho de Administração

Para fundamentar essa contestação, encaminho anexos os seguintes documentos:

Local _____, /TO _____ de _____ de 2020.

Assinatura do autor

ANEXO II

FORMULÁRIO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO AO RESULTADO PRELIMINAR DA ELEIÇÃO

Eu, _____, portador do CPF nº _____, e documento de identidade nº _____, órgão expedidor _____, apresento recurso à Comissão de Organização, Acompanhamento e Avaliação quanto ao resultado preliminar da eleição do Conselho de Políticas Culturais do Tocantins, conforme Portaria nº 105/ADETUC/GABPRES, de 10 de junho de 2020.

Os argumentos com os quais contesto a referida decisão são:

Para fundamentar essa contestação, encaminho anexos os seguintes documentos:

Local _____, /TO _____ de _____ de 2020.

Assinatura do autor

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE ÁREA DE ATUAÇÃO ARTÍSTICA OU CULTURAL

Eu, _____, portador do RG nº _____ SSP _____ e do CPF nº _____, na qualidade de (cargo) _____, DECLARO que, (nome) _____, CPF nº _____ atua na área _____.

Por ser verdade firmo a presente.

Local, _____ /TO _____ de _____ de 2020.

Assinatura

FOMENTO

COMUNICADO Nº 004/2020 ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Presidente do Conselho de Administração da AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S/A, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º, do Estatuto Social, combinado com a Lei nº 6.404, de 15/12/1976, convoca os senhores Acionistas para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que acontecerá no dia 10 de julho de 2020, às 14:00, através de videoconferência, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31/12/2019;

2. Tratar sobre a eleição/reeleição dos membros do Conselho Fiscal;

3. Tratar sobre a eleição/reeleição dos membros do Conselho de Administração;

4. Apreciar o Relatório de Gestão do Exercício de 2019;

5. Homologar a mudança de endereço da sede da Instituição;

ATR

PORTARIA/ATR Nº 34, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Republicada por incorreção

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA TOCANTINENSE DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS - ATR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 1.758/2007 e pelo Ato nº 265 - NM, de 06 de março de 2020, resolve:

DESIGNAR as servidoras abaixo relacionadas, como Titular e Suplente responsáveis pelo Sistema de Informação ao Cidadão - SIC desta Agência.

Titular	TATIANA MARIA DA SILVA RIBEIRO	Matrícula nº 11470151-2	CPF: 893.484.431-00
Suplente	RAVENA SANTIAGO E SILVA	Matrícula nº 11662492-1	CPF: 037.394.751-88

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

EDSON CABRAL DE OLIVEIRA

Presidente da Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - ATR

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 002/2020/PRES/ATR

PROCESSO Nº: 2019/38990/000274

TERMO DE COMPROMISSO Nº: 002/2020/PRES/ATR

COMPROMISSÁRIO: AGÊNCIA TOCANTINENSE DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS - ATR

COMPROMITENTE: MUNICÍPIO DE ALMAS

OBJETO: TERMO DE COMPROMISSO PARA ADMINISTRAÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO DE ALMAS - TO

DATA DA ASSINATURA: 30/06/2020

VIGÊNCIA: 4 (quatro) anos

SIGNATÁRIOS:

EDSON CABRAL DE OLIVEIRA - REPRESENTANTE DO

COMPROMISSÁRIO

WAGNER NEPOMUCENO CARVALHO - REPRESENTANTE DO

COMPROMITENTE

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 004/2020/PRES/ATR

PROCESSO Nº: 2019/38990/000276

TERMO DE COMPROMISSO Nº: 004/2020/PRES/ATR

COMPROMISSÁRIO: AGÊNCIA TOCANTINENSE DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS - ATR

COMPROMITENTE: ASSOCIAÇÃO VIVER BEM

OBJETO: TERMO DE COMPROMISSO PARA ADMINISTRAÇÃO DO

TERMINAL RODOVIÁRIO DE GURUPI - TO

DATA DA ASSINATURA: 30/06/2020

VIGÊNCIA: 1 (um) ano

SIGNATÁRIOS:

EDSON CABRAL DE OLIVEIRA - REPRESENTANTE DO

COMPROMISSÁRIO

PALOMA ALENCAR SERRATO - REPRESENTANTE DO

COMPROMITENTE